

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO	11
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	13
PREFÁCIO.....	15
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1. TUTELA PENAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES INICIAIS	27
1.1. A criminalização em torno da administração pública	27
1.2. Crimes contra a administração pública no Direito Penal europeu continental e brasileiro	31
1.2.1. A tradição europeia continental quanto ao tema	31
1.2.2. Histórico legislativo brasileiro.....	35
1.3. O atual quadro dos crimes contra a administração pública e a necessidade de seu redesenho	41
CAPÍTULO 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E BEM JURÍDICO PENAL	51
2.1. Considerações preliminares.....	51
2.2. Os conceitos do Direito Administrativo em face do Direito Penal....	52
2.2.1. O conceito de administração pública	53
2.2.2. O conceito de funcionário público.....	62
2.3. Critérios penais da matéria.....	72
2.3.1. Teoria do bem jurídico penal e crimes contra a administração pública	79
2.3.1.1. A noção de crime funcional e a questão dos delitos especiais	94
2.3.1.2. A noção de crimes de responsabilidade	100
2.3.2. Administração pública e leis penais especiais	102
2.3.2.1. Crimes contra licitações.....	103
2.3.2.2. Crimes eleitorais	109
2.3.2.3. Crimes de abuso de autoridade.....	111

2.3.2.4.	Crimes de tortura.....	116
2.3.2.5.	Crimes de terrorismo.....	117
2.3.2.6.	Crimes contra a segurança nacional e crimes contra o Estado Democrático de Direito.....	120
2.3.2.7.	Crimes militares.....	124
2.3.2.8.	Lei nº 7.492/1986.....	126
2.3.2.9.	Lei nº 8.137/1990.....	127
2.3.2.10.	Lei de Loteamentos	129
CAPÍTULO 3. FUNDAMENTOS DA TUTELA PENAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		133
3.1.	Considerações preliminares.....	133
3.2.	A ancoragem constitucional da matéria	134
3.3.	Ilícito penal e ilícito administrativo	136
3.3.1.	A questão das contravenções penais referentes à adminis- tração pública.....	139
CAPÍTULO 4. PROBLEMAS ATUAIS DO TÍTULO XI DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO		147
4.1.	Considerações preliminares.....	147
4.2.	Symbolismo, moralismo e recrudescimento da tutela penal.....	148
4.3.	O endurecimento sancionatório e as desproporcionalidades no Tí- tulo XI da Parte Especial do Código Penal.....	152
4.4.	A sobreposição de instâncias e punições e o problema do <i>bis in idem</i>	155
4.5.	O particular caso da corrupção	158
4.5.1.	Corrupção: do tipo ao fenômeno	163
4.5.1.1.	A política criminal da corrupção: quadro interna- cional e sua influência no Brasil	167
4.5.2.	A prevenção da corrupção e as respostas dogmáticas	171
4.6.	Dificuldades pontuais nas demais previsões do Título XI.....	188
4.6.1.	As redações legais controvertidas.....	188
4.6.2.	As incriminações duvidosas	207
4.6.3.	As meras infrações de dever	212
4.6.4.	Os tipos com <i>topoi</i> inadequados.....	216
4.6.4.1.	Violência arbitrária, exercício funcional ilegal- mente antecipado ou prolongado, tráfico de in- fluência e exploração de prestígio.....	217
4.6.4.2.	Contrabando e descaminho	218
4.6.4.3.	Sonegação de contribuição previdenciária.....	223

4.6.4.4.	Inadequações dentre os crimes contra a administração da justiça	224
4.6.4.5.	Crimes contra a administração pública estrangeira	228
4.6.4.6.	Crimes contra as finanças públicas.....	231
CAPÍTULO 5. FORMAS EXTRAPENAIIS DE PROTEÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		233
5.1.	Considerações preliminares.....	233
5.2.	Procedimentos e processos administrativos e judiciais.....	234
5.2.1.	A punição administrativo-disciplinar.....	235
5.2.2.	O caso da não confirmação em carreira	236
5.2.3.	Improbidade administrativa	237
5.2.4.	Lei Anticorrupção e <i>criminal compliance</i>	244
5.2.5.	Processos cíveis indenizatórios	253
CAPÍTULO 6. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LEGITIMIDADE E REMODELAMENTO		255
6.1.	Considerações preliminares.....	255
6.2.	Perspectivas da matéria	256
6.2.1.	O Projeto de novo Código Penal (PLS nº 236/2012)	257
6.2.2.	O “ <i>Pacote Anticrime</i> ” oriundo do Ministério da Justiça	270
6.2.2.1.	Imposição de fixação automática de regime inicial fechado (art. 33 do Código Penal)	271
6.2.2.2.	Incremento da punição pelo crime de resistência... ..	272
6.2.2.3.	Ampliação de hipóteses de perdimento de produto do crime ou de outros bens	272
6.2.2.4.	Criminalização do uso de caixa dois em eleições	275
6.2.2.5.	Criação de figura equiparada à violação de sigilo funcional	276
6.2.2.6.	Sanção penal do crime de concussão	276
6.2.2.7.	“ <i>Pacote Anticrime</i> ” e tutela das funções públicas: iniquidade	277
6.3.	A tutela da administração pública: contornos penais.....	277
SÍNTESE CONCLUSIVA		281
BIBLIOGRAFIA		285
OUTRAS OBRAS DO AUTOR PUBLICADAS PELA THOMSON REUTERS REVISTA DOS TRIBUNAIS.....		313